



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Mandado de segurança nº 200789-0 - Comarca do Recife**

**Impetrante:** Gustavo Henrique Andrade Lima.

**Impetrado:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

5522

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADOR DE CIRROSE HEPÁTICA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. 1. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, conforme documentação colacionada aos autos, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade, em face da harmonização dos princípios constitucionais. 2. Existência nos autos de documentação comprobatória que atesta a necessidade do uso da medicação pleiteada no tratamento de saúde do impetrante. 3. O STJ tem entendido que a negativa no fornecimento de medicamento que possa levar o paciente à morte, implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 4. Aplicação da Súmula 18 do TJPE. 5. Segurança concedida à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do mandado de segurança nº 200789-0, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, em sessão na data 27/01/2010, unanimemente, no sentido conceder a segurança pleiteada, nos termos da ementa supra, do voto, e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P. e I.

Recife, 1º de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Substituto Procurador Ricardo Paes Barreto*

51  
C

142

**Mandado de segurança nº 200789-0 -- Comarca do Recife**  
**Impetrante:** Gustavo Henrique Andrade Lima.  
**Impetrado:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

**RELATÓRIO**

Como relatório, adoto o do parecer da douta Procuradoria de Justiça, de fls. 45/48, que leio, ali opinando-se pela concessão da segurança.

É o relatório.

Inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 8 de janeiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 0200789-0**  
**ÓRGÃO JULGADOR: 2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS**  
**RELATOR: DES. RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO**  
**IMPETRANTE: GUSTAVO HENRIQUE ANDRADE DE LIMA**  
**IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**P A R E C E R**

Trata-se de **MANDADO DE SEGURANÇA**, com pedido de liminar, impetrado por **GUSTAVO HENRIQUE ANDRADE DE LIMA**, já qualificado nos autos, através de advogado legalmente habilitado, com fundamento nos artigos 5º, *caput*, e 196 da Constituição Federal, contra ato do **SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, consistente na negativa em fornecer ao Impetrante os medicamentos **RIBAVIRINA 250 mg** e **INTERFERON PEGUILADO**, por ele solicitados, necessários para o retratamento da sua doença.

Aduz o Impetrante ser portador de Hepatite C crônica, tendo iniciado o tratamento de sua doença em 2004 com a utilização dos medicamentos em apreço por força de provimento judicial concedido nos autos do Mandado de Segurança nº. 84260-6. Ocorre que, em 2009, em razão do agravamento de seu estado clínico, tendo a doença evoluído para Cirrose Hepática, conforme laudo histopatológico acostado aos autos (fls. 09), foi-lhe prescrito pelo Dr. Fábio Marinho o retratamento com Interferon Peguilado associado à Ribavirina 250 mg, por tempo indeterminado.

Acrescenta, contudo, que, apesar de tais medicamentos encontrarem-se na lista de medicamentos de dispensação excepcional do Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde do Estado negou-lhe o fornecimento sob a alegação de o protocolo de tratamento constante da Portaria nº. 34, de 28 de setembro de 2007, do Ministério da Saúde, não autorizar o retratamento em tais casos.

Alega, desta feita, violação a seu direito líquido e certo à saúde garantido constitucionalmente, bem como pela Lei 8.080/1990. Sustenta, liminarmente, o *fumus bonis iuris* e o *periculum in mora* amparado pela arcabouço legal citado e pela imediatidade da medida a ser adotada, tendo em vista que o agravamento da enfermidade da qual o Impetrante está acometido pode levá-lo à morte caso não seja submetido ao tratamento prescrito.

O provimento liminar foi deferido, consoante decisão interlocutória de fls. 25/27.

Regularmente notificada, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 34/39, pugnando, no mérito, pela denegação da segurança em virtude da ausência de direito líquido e certo por não haver abusividade do Poder Público com o seu dever de zelar pela saúde e nem violação ao direito do Impetrante, vez que a recusa se deu em decorrência do Estado

46  
2

não estar autorizado, pelo Ministério da Saúde, a realizar tal entrega, nos termos da Portaria nº. 34, de 28 de setembro de 2007.

Em seguida, foram os autos remetidos ao Ministério Público.

Assim relatados, **passo a opinar.**

144

Consagrado no rol de Direitos Fundamentais da Constituição Federal de 1988, o direito à saúde constitui "consequência constitucional indissociável do direito à vida" - nas brilhantes palavras do Ministro Celso de Mello (STF, RE 271286, Informativo 210). Assim, e de acordo com o exposto no art. 196, da CF/88, *in verbis*: "**a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.**"

A Constituição do Estado de Pernambuco, no seu art. 158, garante a todos o direito à saúde, reafirmando os termos da nossa Carta Magna, conforme menção acima.

A proteção e recuperação à saúde também é garantida pela Lei 8.080/90:

**"Art. 2º - A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.**

**§ 1º - O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doença e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.**

(.....)

**Art. 6º - Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema único de Saúde (SUS):**

**I - a execução de ações:**

**d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;"**

**Art. 7º. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados e conveniados que integram o sistema único de saúde (SUS) são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:**

**I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;**

**II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema."**

Depreende-se que os dispositivos legais transcritos corroboram com o entendimento de que a saúde constitui direito fundamental do cidadão, atrelado a um 'dever fundamental' do Estado de assegurá-la a todos - igual e universalmente - desenvolvendo políticas públicas que visem à redução de doenças, à promoção, à proteção e à recuperação da

47  
R

saúde, conforme está expresso no artigo 196. Negar o fornecimento de medicamento a pessoa que dele necessita e que não tem recursos suficientes para sua aquisição corresponderia a negar vigência à própria Constituição.

145

Acerca do tema, o festejado **JOSÉ AFONSO DA SILVA** leciona: **"Como ocorre com os direitos sociais em geral, o direito à saúde comporta duas vertentes, conforme anotam Gomes Canotilho e Vital Moreira: 'uma, de natureza negativa, que consiste no direito a exigir do Estado (ou de terceiros) que se abstenha de qualquer ato que prejudique a saúde; outra, de natureza positiva, que significa o direito às medidas e prestações estaduais visando a prevenção das doenças e o tratamento delas'. Como se viu do enunciado do art. 196 e se confirmará com a leitura dos arts. 198 a 200, trata-se de um direito positivo que exige prestações de Estado e que impõe aos entes públicos a realização de determinadas tarefas"** (in Curso de Direito Constitucional Positivo – Malheiros/12ª edição, p. 299).

Ao que pese o intuito de inferir o Poder Executivo como único a quem compete adotar as medidas necessárias a bem dos administrados, enveredando assim pelo princípio de separação dos poderes, convém lembrar que ao Poder Judiciário não se excluirá da apreciação qualquer lesão ou, simplesmente, ameaça a direito (art. 5º, XXXV da CF/88). Deveras se o mesmo direito for intrínseco a condição existencial de ser humano como a decorrente do direito à saúde, tão amplamente defendido pelo texto constitucional, qualquer lesão a esse direito configura poder-dever do Judiciário em agir, defendendo e fazendo prevalecer o preceito constitucional.

Portanto, não se alegue que decisão judicial determinando ao Estado que forneça medicamento a um cidadão pelo SUS fere a independência dos poderes e que seria uma ingerência ilegal do Poder Judiciário no Executivo. Não há violação ao princípio da separação dos poderes quando o Judiciário intervém, não para compelir o Estado a realizar o que está além de sua capacidade material, mas sim para assegurar aos cidadãos direitos consagrados na Constituição Federal, como o direito à saúde.

No mesmo sentido, o seguinte julgado:

**Fornecimento de medicação e talas para as mãos de paciente tetraplégico – Responsabilidade do Estado, aí compreendendo o conceito no seu sentido genérico – Lei Estadual 9908/93, que estabeleceu tal dever. Ausência de afronta ao princípio da separação, independência e harmonia dos poderes – Preliminar rejeitada.**  
(TJRS, 3º CCIV, ApCiv 599490547, j. Em 21.10.99)

No caso em análise, conforme se verifica do documento de fls. 10, o Impetrante é portador de Hepatopatia por Vírus C, tendo sido prescrito novamente o uso dos medicamentos Ribavirina e Interferon Peguilado para tratamento de sua enfermidade em face do seu agravamento para uma cirrose com fibrose, e, diante da negativa da Secretaria de Saúde em fornecer os referidos medicamentos e da impossibilidade de obtê-los por recursos próprios, ajuizou mandado de segurança com o objetivo de compelir o Secretário Estadual de Saúde a fazê-lo.

Não merecem prosperar os argumentos expostos pela autoridade impetrada no sentido de que o retratamento requerido é vedado pelo protocolo de tratamento do SUS, e de que a sua aquisição esbarraria em questões de ordem administrativa, alheias à interferência do Poder Judiciário.

48  
R

Ora, não pode a autoridade coatora negar-se a fornecer os medicamentos prescritos pelo médico que acompanha o paciente sob a alegação de que o retratamento é vedado por Portaria do Ministério da Saúde, pois, constatada a necessidade de sua aplicação no tratamento recomendado por médico especialista, pode a Administração, para aquisição do remédio prescrito, valer-se da transferência de recursos prevista na Lei nº. 8.080/90 (art. 36, § 2º), em caso de situações emergenciais. 146

Ademais, cumpre esclarecer que, diante da omissão da Administração, frente aos expressos comandos legais, que asseguram o direito à saúde e à vida, bem como o fornecimento gratuito de medicamentos, cabe ao Judiciário intervir na atuação estatal para assegurar o direito das pessoas.

Além disso, é de se observar que questões de ordem técnica não podem prevalecer diante de situações fáticas que exigem presteza na atuação estatal.

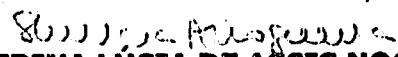
***Eventual ausência do cumprimento de formalidade burocrática não pode obstaculizar o fornecimento de medicação indispensável à cura e ou a minorar o sofrimento de portadores de moléstia grave que, além disso, não dispõem dos meios necessários ao custeio do tratamento.*** (STJ – 2ª T. ROMS 11129/PR – Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, j. 02.10.2001 – DJ 18.02.2002, p. 00279)

Assim, o fato de o Impetrante necessitar da medicação que se mostra indicada para o não agravamento de sua doença, aliado à inafastável obrigação do Estado de assegurar a todos o direito à saúde, justifica a concessão definitiva da segurança, impondo ao Secretário Estadual de Saúde a obrigação de fornecer o medicamento solicitado pelo período prescrito.

Ante o exposto, o parecer é pela **CONCESSÃO DA SEGURANÇA**.

Recife, 28 de dezembro de 2009.

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
Subprocurador Geral de Justiça

  
**SEVERINA LÚCIA DE ASSIS NOGUEIRA**  
Promotora de Justiça  
Assessora Técnica em Matéria Cível

**CAMILA PIMENTEL RODRIGUES**  
Técnica Ministerial



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Mandado de segurança nº 200789-0 - Comarca do Recife  
Impetrante: Gustavo Henrique Andrade Lima.  
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

VOTO

O cerne da questão em apreço diz respeito ao direito do impetrante em receber medicamento por parte do Estado, com o fito de combater patologia grave.

Extrai-se dos autos que o impetrante é de fato portador de cirrose hepática acompanhada de fibrose de infiltração moderada e intensa linfoplasmocitária, conforme atesta laudo médico de fls. 09/10.

Observo ainda, arrimado nos documentos acostados ao *mandamus*, que apesar de ter sido submetido ao tratamento com Ribavirina e Interferon Peguilado em 2004, de acordo com biópsia realizada em agosto de 2009, sua patologia continua progredindo de forma rápida e agressiva, necessitando urgentemente da medicação RIBAVIRINA, 250 mg, sem, contudo, possuir recursos monetários para adquiri-lo.

O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a concessão da segurança, impondo-se ao ente público a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Como bem se sabe, é dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana.

O 2º Grupo de Câmaras Cíveis desta Corte de Justiça tem entendido, pacificamente, que a negativa no fornecimento de medicamentos necessários, implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado, conforme assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DEFERIMENTO DE LIMINAR - PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS E, CONSEQUENTE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTE JUÍZO - REJEITADA - MÉRITO: CONCESSÃO DA SEGURANÇA PRETENDIDA - DECISÃO UNÂNIME. -Preliminar de ausência de citação dos litisconsortes passivos necessários e consequente incompetência absoluta deste juízo, suscitada pelo

Impetrado - a CF, em seu art. 23, II, preconiza a obrigação solidária dos entes federativos em cuidar da saúde de seus cidadãos. A prestação pode ser exigida de qualquer dos obrigados, independentemente, ou de todos, conjuntamente. Responsabilidade da Secretaria de Saúde do Estado. Presença de direito líquido e certo a ser amparado por mandado de segurança. Art. 196 da CF, Lei 8.090/90, art. 2º. Preliminar rejeitada. -Mérito - a comprovada necessidade do medicamento e a falta de condições de adquiri-lo, legítima o direito do autor em buscar a tutela jurisdicional. Arts. 5º e 196 da CF. A não concessão da liminar pleiteada no mandamus traria prejuízos irreparáveis à saúde da impetrante. Segurança concedida à unanimidade de votos (MS 160659-3, 2GCC, Rel. Des. Antônio Fernando de Araújo Martins, julgado em 30/4/2008).

DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO POR ESTADO-MEMBRO. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE. REJEITADAS AS PRELIMINARES DE (i) ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE; (ii) AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS; (iii) INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL. NÃO CONHECIDA A PREAMBULAR DE (iv) AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. (v) MÉRITO. IMPETRANTE PORTADORA DE ESPONDILOATROFIA SORO-NEGATIVA (CID 10-M 46.9). CONCESSÃO DA SEGURANÇA PARA FORNECIMENTO DO «MEDICAMENTO» HUMIRA - AGENTE ANTI-TNF, ADALIMUMABE. Preliminares - Embora responsabilidade seja solidária dos entes federativos pelos serviços públicos de saúde, não há necessidade de acionamento judicial de todas as esferas da administração, mas tão somente aquela que, dentro de sua esfera de atribuições, tenha capacidade de corrigir o ato apontado como ofensivo a direito líquido e certo do Impetrante. Inexistência de interesse jurídico da União apto a deslocar a competência para a Justiça Federal; Não se conhece da preliminar de ausência de prova pré-constituída quando se confundir com o mérito; Mérito - Direito líquido e certo a amparar a pretensão da Impetrante, portadora de grave enfermidade degenerativa, não responsiva aos tratamentos convencionais, conduzidos mediante a utilização de drogas diversas. Direito à saúde com especial proteção da Carta Constitucional, como estatuem os seus artigos 6º e 196, que prescindem de lei ou de qualquer outra regulamentação para obrigar o seu cumprimento, inclusive em decorrência dos princípios da igualdade e da universalidade; Concessão da segurança para que a autoridade coatora, através de sua Secretaria, autorize em favor da Impetrante, sem ônus algum, o fornecimento da substância Agente Anti-TNF, Adalimumabe 40 mg, contido no medicamento Humira, de conformidade com o pedido e de acordo com a prescrição médica acostada, durante o período em que for necessária a utilização do medicamento. Fixadas astreintes para hipótese de descumprimento, nos termos do §4º do art. 461, do CPC, também cabíveis na hipótese de interrupção no fornecimento da substância (MS 170512-8, 2GCC, Rel. Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, julgado em 22/10/2008).

Nesse passo, a Súmula 18 desta E. Corte de Justiça dispõe:

Súmula 18 - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Cabe ao Estado, portanto, destinar recursos suficientes em seu orçamento para não inviabilizar o fornecimento de medicamentos em hipóteses tais, já que, o ser humano é a única razão do Estado, não encontrando-se malferidos os arts. 37, XXI; 109, I; 197; 198, todos da CF/88, art. 4º da Lei nº 8.080/90, art. 113, § 2º do CPC.



Diante de todo exposto, concedo a segurança para fornecimento  
do medicamento RIBAVIRINA, 250 mg, ministrado nas doses prescritas.

É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2000

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
*Relator*

60  
R

149